

Lembrando Stalingrado

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

As forças de defesa de Israel bombardeiam a Faixa de Gaza, mas hesitam em entrar na região. A ocupação militar é diferente do bombardeio a distância. Pode desencadear uma matança sem precedentes e provocar a adesão dos vizinhos árabes ao conflito. A recusa dos líderes da região em conversar com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi um forte sinal de que a situação está muito perto de sair completamente do controle.

O governo de Israel sofreu a mais devastadora derrota militar dos últimos 50 anos e reage com raiva, promovendo uma guerra de vingança contra o Hamas. O objetivo é exterminar o inimigo. Não há territórios a conquistar. A possibilidade de tentar promover uma limpeza étnica lança a região numa perspectiva de guerra extremamente longa. A bomba atômica, último recurso, tem a capacidade de destruir os dois lados. É, portanto, ineficaz.

O mundo assistiu, há 80 anos, a situação semelhante. Foi a Batalha de Stalingrado. A Operação Barbarossa, a invasão da União Soviética, em junho de 1941, tinha três objetivos: atacar Leningrado, que foi cercada e padeceu anos de fome; conquistar Moscou — as tropas chegaram a 40 quilômetros da capital —; e, por último, destruir Stalingrado e alcançar os poços de petróleo do Cáucaso. A cidade que hoje se chama Volgogrado fica nas margens do Rio Volga e foi atacada pela Wehrmacht (exército da Alemanha Nazista) e seus aliados (havia romenos, húngaros, franceses e italianos, entre outras nacionalidades) do Eixo contra as tropas do Exército Vermelho em 23 de agosto de 1942.

A guerra alemã se caracterizava pela brutalidade e pela velocidade. Em pouco tempo, quase toda a cidade foi tomada. Quase. Restaram alguns prédios e uma fábrica de tratores que havia sido transformada para produzir carros de combate. E foi ali, no pequeno espaço de alguns prédios derrubados, bueiros, esgotos e paredes derrubadas que a resistência começou. A luta se transformou em desgastante combate casa por casa, rua por rua. A resistência foi implacável, junto com a inevitável e fortíssima ação do inverno russo. A estação de trens de Stalingrado mudou de mãos várias vezes num único dia. Morreram nesta batalha entre 1,8 e 2 milhões de soldados.

Em meados de novembro de 1942, os alemães tinham empurrado os defensores soviéticos para uma pequena zona na margem oeste do Rio Volga. Quando a Wehrmacht tentava avançar pelo que restou da cidade, o Exército Vermelho desfechou enorme ataque contra os flancos das tropas do Eixo. As forças

invasoras foram vencidas e o 6º Exército alemão se viu cercado e isolado na área de Stalingrado. O general Friedrich von Paulus se rendeu em 2 de fevereiro de 1943. Com ele, mais de 230 mil militares alemães e russos capturados, além de milhares de civis, se tornaram prisioneiros. Foi o momento em que a, até então, invencível máquina de guerra dos nazistas conheceu a primeira e decisiva derrota. Os soviéticos contiveram a marcha contra Moscou, romperam o cerco de Leningrado e marcharam para conquistar Berlim. E dividiram a Alemanha em dois países. Um deles controlado pelos comunistas.

São muitos os perigos desta guerra, além da mortandade de civis que nada têm a ver com as idiosincrasias dos extremistas dos dois lados. Se Israel tomar a Faixa de Gaza, terá que prover meios de sua existência. Isso significa controlar e administrar. Os Estados Unidos tiveram que destruir o Iraque para poder controlar o país. E não resultou em nenhum proveito para a democracia na região. No Afeganistão, os soldados norte-americanos também fracassaram. Invadiram o país e ficaram lá 20 anos. Ao final, tiveram que entregar o poder para os

milитantes islâmicos.

A paz americana está sob severa contestação. Surgiram novos importantes países centrais na nova organização internacional da política. A hegemonia dos Estados Unidos se reduziu na medida em que a China avançou, colocou a Rússia como seu satélite — não é por acaso que Putin visitou Pequim nesta semana — e os países da Ásia se projetam como grandes centros industriais e comerciais. Mas o conflito na antiga Palestina, hoje Israel, continua a ser como há 80 anos um cenário de guerra e mortandade de militares e civis. O prolongado confronto não homenageia a inteligência de ninguém.

Os extremistas de lado a lado têm comandado a situação. O veto norte-americano ao projeto de paz do Brasil, que conseguiu 12 votos entre 15 no Conselho de Segurança da ONU, colocou a organização internacional à margem do assunto. Washington assumiu o problema como sendo seu, embora não possuía as melhores condições de diálogo. Na falta dele, os dois enormes porta-aviões que estão próximos a Israel, no Mar Mediterrâneo, entrarão em ação. Mas, neste caso, será a guerra total.

Inovação, inclusão e cooperação na saúde suplementar

» OMAR ABUJAMRA JUNIOR
Médico ginecologista e obstetra e presidente da Unimed do Brasil

Os desafios que a saúde suplementar enfrenta constituem um risco não apenas ao equilíbrio financeiro das operadoras, mas principalmente à manutenção do acesso de milhões de brasileiros aos planos de saúde e à possibilidade de se ampliar esse benefício a mais pessoas. O setor sofre forte pressão devido à maior demanda por serviços, à alta dos custos desses atendimentos e dos preços de insumos médicos, à maior velocidade de incorporações tecnológicas, como medicamentos e terapias de alto custo, às alterações regulatórias que trouxeram instabilidade e provocaram o crescimento da judicialização, ao aumento de fraudes, entre outros fatores. O debate de soluções para equacionar esses problemas deve ter foco na inovação, na inclusão e na cooperação.

Um dos principais segmentos da economia brasileira, os planos de saúde injetam na rede de serviços médico-hospitalares do país R\$ 224 bilhões por ano, segundo o *Mapa Assistencial* publicado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Nos últimos anos, o setor tem focado na inovação para aumentar a eficiência em toda a cadeia de assistência, garantir mais qualidade, combater fraudes e reduzir custos. As operadoras estão investindo em aplicações de analytics, big data e inteligência artificial, para aperfeiçoar processos. Nesse sentido, o intercâmbio e as parcerias com startups, investidores e incubadoras também têm alcançado resultados positivos.

Os planos de saúde figuram como o terceiro maior desejo de consumo entre os brasileiros, conforme pesquisa encomendada pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Contudo, apesar do aumento de beneficiários nos últimos meses, que chegaram a 50,7 milhões em julho de 2023, conforme a ANS, o setor terá de desenvolver respostas eficazes para o desafio estrutural da transição demográfica, com o consequente envelhecimento da nossa população e as novas demandas assistenciais geradas nesse cenário. Para se ter ideia, na última década, o grupo de beneficiários com mais de 60 anos cresceu 33%, enquanto a parcela entre 20 e 59 anos, que acessa a cobertura suplementar principalmente pela via dos empregos formais, teve expansão de apenas 2,4% no mesmo período.

Além disso, pesquisa da consultoria WTW, divulgada pela imprensa em agosto, revelou que o custo com plano de saúde pressiona o pacote de benefícios oferecidos por empresas, que já estão adotando a divisão do custeio com os colaboradores. Atualmente, os contratos empresariais respondem por 70% do mercado. Esse é mais um indicador que aponta que o cenário atual pode levar à exclusão de beneficiários, em lugar da desejada inclusão, e expõe o risco de os planos de saúde se tornarem artigo de luxo, acessível apenas à parcela da população com maior poder aquisitivo. O modelo de cooperação teve um papel fundamental para a expansão da saúde suplementar no Brasil.

O cooperativismo, por meio de sua capilaridade, permitiu a interiorização da medicina de qualidade em todas as regiões do país, alcançando hoje mais de 90% dos municípios brasileiros. Com vocação para a inovação e o compromisso com a coletividade e a comunidade, as cooperativas médicas conhecem de perto a realidade e as necessidades de saúde em cada local onde atuam — e estão preparadas para contribuir com a busca de soluções que possibilitem sanar os problemas que o setor enfrenta.

A saúde suplementar é um dos pilares do sistema de saúde brasileiro, atendendo a 25% da nossa população, e é essencial para aliviar a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), que embora seja uma conquista e um direito constitucional de todos os cidadãos, enfrenta demanda crescente e cada vez mais complexa, com recursos limitados. Portanto, a ampliação do acesso aos planos de saúde, de forma segura e sustentável, para mais pessoas, deve ser uma premissa no debate sobre mudanças na regulamentação do setor, como parte integrante da política pública de saúde do país.

Dia Nacional da Democracia!

» ROGÉRIO SOTTILI
Diretor-Executivo do Instituto Vladimir Herzog

Em 25 de outubro de 1975, há quase meio século, o jornalista Vladimir Herzog foi torturado e morto por agentes do Estado nas dependências do Departamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão subordinado ao II Exército de São Paulo. O assassinato de Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, desencadeou uma onda de indignação social. Dias depois do crime, milhares de pessoas desafiaram um enorme aparato policial para realizar um ato ecumênico na Praça da Sé em homenagem ao jornalista e às demais vítimas da repressão e da violência do Estado. A sociedade brasileira dizia não à ditadura e iniciava ali um novo capítulo de mobilização para a reconquista da democracia.

Passados 48 anos da morte de Herzog e 38 do fim da Ditadura Militar, o Brasil ainda convive com as sombras do passado e com as ameaças ao regime democrático. De todos os países da América Latina que viveram sob regimes ditatoriais militares na segunda metade do século passado, o Brasil é o único que jamais aplicou punições àqueles que, na condição de servidores do Estado, praticaram crimes de tortura e assassinato contra seus compatriotas.

A impunidade tem consequências. Uma delas é servir de incentivo, por exemplo, aos golpistas que planejaram, financiaram e executaram os

ataques à Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro deste ano, em Brasília. O plano, longamente ensaiado, era subverter o resultado das urnas e provocar uma nova intervenção militar no país. A democracia esteve por um fio, mas seus inimigos, desta vez, foram contidos e, espera-se, responderão todos à Justiça por seus atos. A fragilidade da democracia brasileira não se evidencia apenas pela ousadia dos que buscam pela força jogar o país no abismo do passado. Ela se manifesta também na intolerância crescente ao que é diferente, nos discursos e atos marcados pelo ódio, na violência que permeia as relações cotidianas de uma sociedade que permanece uma das mais desiguais do planeta.

Exatamente por essa razão, o 25 de outubro, data da morte de Vladimir Herzog, projetou-se ano após ano como símbolo de resistência ao autoritarismo e se incorporou informalmente ao calendário brasileiro como data de celebração da democracia. Há cinco anos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por negligência na investigação do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, classificado como crime de lesa humanidade, e estabeleceu uma série de medidas reparatórias, a maioria delas ainda ignoradas.

Fortalecer a democracia, a educação para a democracia e o compromisso de todos os brasileiros

com a defesa da democracia é a reparação mais importante que podemos almejar. Por isso, o Instituto Vladimir Herzog e outras 104 entidades e movimentos reivindicam do Estado brasileiro que oficialize esta data de 25 de outubro como Dia Nacional da Democracia. A mesma demanda consta do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro, de autoria da senadora Eliziane Gama.

O 25 de outubro, “data do brutal assassinato do jornalista Vladimir Herzog, evento inaugural do oco so da ditadura que recaía sobre o país desde 1964”, como afirma o relatório da CPMI, é uma data para acertarmos contas com o passado, preservar nossa memória e homenagear todos os brasileiros que lutaram pela democracia. Principalmente, é um dia para reafirmar nossa convicção de que o regime democrático é o caminho essencial para a construção de um futuro de justiça para todos.

Uma petição de apoio ao Dia Nacional da Democracia reúne mais de 6 mil adesões, entre elas as de personalidades como o compositor e escritor Chico Buarque, a escritora Conceição Evaristo, o fotógrafo Sebastião Salgado e o apresentador Luciano Huck. Você também pode fazer parte desse movimento! Manifeste seu apoio ao Dia Nacional da Democracia pelo site <https://www.diadademocracia.org.br/>